



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul
Coordenação Administrativa do IPHAN-RS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 01512.000577/2025-71

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO
TIC
[TAMBÉM APLICÁVEL PARA CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA]
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa prestadora de serviços comuns de engenharia/arquitetura **para execução de intervenção no imóvel tombado denominado Casa Giuseppe De Lucchi**, localizado na Avenida Valdomiro Bocchese, nº 373, pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado/RS, localizada na Zona de Proteção Rigorosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e demais anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa prestadora de serviços comuns de engenharia/arquitetura para execução de intervenção no imóvel tombado denominado Casa Giuseppe De Lucchi , localizado na Avenida Valdomiro Bocchese, nº 373, pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado/RS, localizada na Zona de Proteção Rigorosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas	22225	serviço	01	R\$ 356.621,50	R\$ 356.621,50

neste instrumento, no Edital e demais anexos.					
---	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de **vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias** e **execução de 180 (cento e oitenta) dias** contados do(a) assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.2. O **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado** foi tombado conforme o processo nº 1248-T-87. Em 10 de janeiro de 1990, o bem foi inscrito no Livro Tombo Histórico, volume 2, fls. 11 e 12, sob o nº 529; e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 59 e 60, sob o nº 104.

2.3. A edificação denominada Casa Giuseppe De Lucchi, de propriedade de Anunciata Carobin Dalla Zen, integra o conjunto é edificada em madeira, com dois pavimentos e anexo em alvenaria, construída no ano de 1930. Está situada na Avenida Valdomiro Bocchese, nº 373, Zona de Proteção Rigorosa do Entorno dos bens tombados em Antônio Prado/RS.

2.4. Sua estrutura é de madeira, apoiada sobre pedras, paredes de tábuas de madeira com cobertura de duas águas com telhas cerâmicas. Possui área construída de 86,80m² divididos em 2 pavimentos.

2.5. O IPHAN/RS contratou em 2021, por meio do contrato 02/2021 (3057224), o serviço especializado de Atualização e Complementação do Projeto de Restauro do imóvel denominado Casa Giuseppe De Lucchi, que teve por objetivo a obtenção de projeto arquitetônico em nível de executivo, com o detalhamento e especificação necessários à posterior contratação do restauro da Casa Giuseppe De Lucchi.

2.6. Assim, tendo em vista o Parecer de Força Executória n.00001/2020/NAPEDUCCT/EEFIN-RS/PGF/AGU (1740795), constante no processo 00850.000008/2020-17 que determina ao IPHAN que: *..."execute o projeto de restauração do imóvel conhecido como 'Casa Giuseppe de Lucchi', situado na Rua Valdomiro Bocchese nº 373, no Município de Antônio Prado/RS, reconhecendo a obrigação da União Federal de arcar com os custos da obra e dos reparos necessários, nos termos da fundamentação"* e o contido no DESPACHO Nº 126/2021 IPHAN-RS (SEI 2752010) propõe-se a contratação da **execução de intervenção no imóvel tombado denominado Casa Giuseppe De Lucchi**.

2.7. O IPHAN/RS, ao realizar uma contratação por meio de Pregão Eletrônico, busca, entre as propostas interessadas, a mais vantajosa para a conveniência pública, não apenas em termos de economicidade pois deseja-se alcançar o menor preço, mas também, garantida a competição, a contratação daquela que preencha os atributos e aptidões necessárias ao bom cumprimento das obrigações que se propõem a assumir.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução tem como finalidade a execução de **intervenção no imóvel tombado denominado Casa Giuseppe De Lucchi**, situado na Rua Valdomiro Bocchese nº 373, pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado/RS, localizada na Zona de Proteção Rigorosa, em atendimento ao Parecer de Força Executória n.00001/2020/NAPEDUCCT/EEFIN-RS/PGF/AGU (1740795), constante no processo 00850.000008/2020-17.

3.2. A contratação da prestação de serviço não gera vínculo empregatício entre contratada e a Administração. Trata-se de uma atividade auxiliar e acessória às funções e atividades exercidas ao IPHAN, portanto passíveis de terceirização, e a ser executada de forma indireta.

3.3. No que se refere ao enquadramento como serviço comum ou especial, reproduzimos o que diz a Lei 14.133/21:

CAPÍTULO III
DAS DEFINIÇÕES

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

3.4. O [Manual de obras e serviços de engenharia: fundamentos da licitação e contratação - AGU](#), 2014, págs. 9 e 10, por sua vez, traz as seguintes definições que foram observadas na instrução do presente processo:

O Parecer nº 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRA OP, para o qual reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo (g.n.), desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR nº 02/2009).

Porém, pode-se objetar ao raciocínio apresentado com a hipótese de recuperação. Nesse caso, convém observar que a recuperação pressupõe a prévia perda da funcionalidade de que se valia a Administração (semelhante ao perecimento), ainda que parcial, do objeto. Pode-se, então, deduzir o seguinte raciocínio: a recuperação relaciona-se a um bem significativamente destruído, com perda total ou parcial de suas funcionalidades, comumente decorrente de eventualidades ou da ausência de prévia manutenção adequada. A reparação ou manutenção, por outro lado, compreende os atos necessários à manutenção das funcionalidades originais, evitando-se ou diminuindo-se os efeitos do desgaste proveniente da ação natural do tempo. Portanto, em todo caso prevalece a ideia do novo como fator discriminante entre obra e serviço.

(...)

Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

- A presente contratação **não** trata de alteração significativa, autônoma e independente, característica que, segundo o MANUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/arquivos/ManualdeObraservicesosdeengenharia.pdf>, descrevem um obra de engenharia.
- A contratação versa sobre alteração não significativa, autônoma e independente, uma reforma e, portanto, pode ser enquadrada como um serviço de engenharia, para o qual é cabível a adoção do pregão;
- Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, para o qual o termo "reforma" consiste em: "alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo (g.n.), desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual"(Orientação Técnica IBR n. 02/2009).

3.5. Dito isso e considerando que o Termo de Referência, bem como o projeto arquitetônico existente, além dos demais documentos integrantes dos autos, apresentam especificações, quantidades e padrões de qualidade adotados de forma usual e estão definidos objetivamente, de modo que o mercado pode compreender o que a Administração busca ser contratado, a Equipe de Planejamento enquadra o objeto como serviço comum de engenharia/arquitetura.

3.6. Por fim, entende a Equipe de Planejamento que a habilitação técnica norteará a seleção entre os licitantes, de modo que fica preservada a qualidade requerida para a execução.

3.7. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços comuns de engenharia/arquitetura em regime de empreitada por preço global, para a execução de intervenção no imóvel denominado Casa Giuseppe De Lucchi, em Antônio Prado/RS, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos autos.

3.8. A adoção do regime de execução por preço unitário não se mostra vantajosa para a administração na presente contratação, uma vez que a formação do valor estimativo advém de itens que integram o projeto arquitetônico e, portanto, além de interdependentes entre si, culminam no projeto completamente e satisfatoriamente executado.

3.9. Sendo assim, entendemos como mais adequada a escolha do regime de execução por empreitada global já que há definição prévia, por meio do projeto, com boa margem de precisão, das quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual.

3.10. Os documentos elaborados no âmbito do contrato nº 02/2021 (3057224) - processo nº 01512.000324/2021-73, que serão utilizados como base para a presente contratação são os seguintes:

- a) Cadastramento e levantamento do bem: Histórico Casa De Lucchi (4174088), Levantamento Cadastral (4174156), Levantamento Fotográfico (4174179);
- b) Diagnóstico do estado de conservação do bem e identificação das Manifestações Patológicas: Mapeamento de Danos (4174196), Laudo Estrutural (4174105), Diagnóstico e Tratamento (4174141);
- c) Projeto Arquitetônico Executivo: Projeto Executivo (4177363);
- d) Memorial Descritivo e Caderno de Especificações Técnicas e Encargos: Caderno de Especificações (4177395), Memorial Descritivo de Intervenções (4177418);
- e) Projetos Complementares: Projeto Estrutural (4177435), Memorial Descritivo Projeto Estrutural (4177451), Projeto Pluvial (4177467), Projeto Elétrico (4177551), Memorial Projeto Elétrico (4177560), Projeto SPDA (4177567), Memorial SPDA (4177577), Documento Avaliação de Riscos SPDA (4177585), Memorial Projeto Medição (4177593), Projeto Medição (4177609), Memorial Projeto de Cabeamento (4177616), Projeto de Cabeamento (4177627);

3.11. **No que se refere as planilhas orçamentárias**, serão utilizados os documentos atualizados por servidores do DAEI/IPHAN e do Iphan/RS, tomando como base os produtos obtidos no âmbito da contratação do projeto. Sendo assim, foram gerados os seguintes documentos: Planilha Orçamento Sintético (6878718); Planilha Composição de Custos Unitários - CPU (6878722); Planilha Composição Encargos Sociais (6878741); Planilha BDI (serviços) (6879059); e Planilha BDI (equipamentos) (6879064).

3.12. **O mesmo se dará com o Cronograma Físico Financeiro**: Planilha Cronograma Físico-Financeiro (6878746).

3.13. Todos os arquivos originais referentes aos produtos fornecidos pela empresa contratada para a Atualização e Complementação do Projeto de Restauo do imóvel denominado Casa Giuseppe De Lucchi encontram-se no processo 01512.000324/2021-73.

3.14. Os produtos e serviços da intervenção objeto do presente Termo de Referência compreendem basicamente:

- 3.14.1. Administração Local
- 3.14.2. Mobilização
- 3.14.3. Escoramento e Serviços Iniciais
- 3.14.4. Intervenções:
 - 3.14.4.1. Fundações - Estruturas;
 - 3.14.4.2. Demolições e Remoções;
 - 3.14.4.3. Cobertura;
 - 3.14.4.4. Paredes de Madeira;

- 3.14.4.5. Esquadrias;
- 3.14.4.6. Forros;
- 3.14.4.7. Assoalhos;
- 3.14.4.8. Entrepiso;
- 3.14.4.9. Escada;
- 3.14.4.10. Pintura sobre a Madeira;
- 3.14.4.11. Instalações Elétricas; e
- 3.14.4.12. Instalações Hidrossanitárias.

3.14.5. Desmobilização e Limpeza Final da Obra

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Para a presente contratação - intervenção em edificação tombada em nível nacional cujo material predominante é a madeira - vale esclarecer que, para que se promova a recuperação do bem tombado, sem que sejam prejudicados os valores de tombamento, é imprescindível a substituição da madeira deteriorada por madeira com características semelhantes, quais sejam: de lei, com dureza específica ou aproximada, e que seja resistente à infestações e agentes biológicos.

4.2. Isto posto, informamos que para o caso em tela não é alternativa viável a substituição do material preponderante, a madeira, por material mais sustentável ou durável, já que tal ação decorreria na descaracterização do objeto e na perda de seus valores intrínsecos. Ainda que existam no mercado materiais que apresentam maior durabilidade em relação às intempéries e a agentes biológicos, a sua aplicação é limitada pela necessidade de manutenção da materialidade do bem tombado. Da mesma forma, não cabe à presente contratação a busca por materiais e técnicas diferenciados, que apresentem maior vida útil.

4.3. Sendo assim, é necessário que na execução dos serviços sejam utilizados somente produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

4.4. Ainda é imperativo observar que é vedada à contratada a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.

4.5. No que tange ao Cadastro Técnico Federal Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-Ibama), junto ao IBAMA, entendemos que tal exigência não se aplica, uma vez que não se trata de grande obra de infraestrutura, mas sim de reforma de edificação unifamiliar. Transcrevemos abaixo a orientação emanada na página 98 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

OBS: A construção de edifícios, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis. O mesmo se diga de serviços comuns de engenharia.

4.6. A Administração Pública é obrigada a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos, com vistas à promover o menor impacto possível sobre os recursos naturais, por meio da utilização preferencial de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, verificação de origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos serviços, bem como a utilização de produtos florestais madeireiros originários de manejo florestas ou de reflorestamento.

4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>:

4.7.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.7.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

4.8. A previsão de acessibilidade é um dos aspectos de sustentabilidade, entretanto, por se tratar de parcela de edificação cujo uso é exclusivamente residencial, não se aplica essa premissa.

4.9. A que se considerar, ainda, que, ao lado das já conhecidas dimensões econômica, social e ambiental (stricto sensu), a preservação do patrimônio cultural brasileiro passa a fazer parte, também, da perspectiva da contratação pública como instrumento privilegiado de promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Portanto, à luz dos ditames constitucionais, o procedimento licitatório que se está delineando nos autos do presente processo, a par de satisfazer as necessidades da Administração Pública por serviços de engenharia, tem o condão de promover a difusão dos referidos valores (materiais e imateriais) e pode ser considerada uma contratação pública que promove o desenvolvimento sustentável em sua dimensão cultural.

4.10. Com base na leitura do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, entendemos que, no plano ideal, se aplicaria ao caso em tela a busca por empresas prestadoras de serviços de engenharia/arquitetura que tradicionalmente laboram com a matéria prima primordial da presente contratação - a madeira - ou, de forma ainda mais assertiva, a contratação de profissionais que detém o saberes tradicionais de manipulação daquele material. Contudo, em se tratando de um aspecto novo a ser considerado, qualquer exigência nesse sentido poderia vir a prejudicar o certamente, tendo em vista que, ainda que sabidamente existam profissionais que detenham as técnicas e procedimentos necessários à efetivação do restauro em questão, não há como certificar de fato, nem mesmo como verificar se algum deles está vinculado à empresas que prestam este tipo de serviços para a administração pública.

Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.12.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.2. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.3. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.4. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.6. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do

Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

- 4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.17.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.18.8. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.18.9. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.18.10. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.19. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.19.11. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.23.12. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.23.13. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.24.14. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.24.15. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.28. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.29. A licitante pode avaliar previamente o local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas.

4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.31. A vistoria para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, acompanhado por servidor designado para esse fim, deverá ser agendada previamente pelo e-mail: **escritorio.antonioprado@iphan.gov.br**.

4.32. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.33. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.34. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.35. O disposto neste item é requisito de habilitação conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto atenderá ao cronograma físico-financeiro pactuado entre as partes, ao requerido no presente Termo de Referência e demais documentos técnicos atinentes à execução do serviço.

5.2. Será realizada reunião preliminar, antes do início de vigência contratual, para definição do cronograma físico-financeiro e da data de início da execução do objeto, que coincidirá com o primeiro dia de vigência do contrato.

5.3. A partir do pactuado na reunião, o cronograma físico-financeiro será atualizado com as datas de cada uma das etapas.

5.4. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho constam dos seguintes documentos técnicos anexos ao Edital:

- a) Projeto Executivo (4177363);
- b) Documento Caderno de Especificações (4177395);
- c) Memorial Descritivo de Intervenções (4177418);
- d) Projeto Estrutural (4177435);
- e) Memorial Descritivo Projeto Estrutural (4177451);
- f) Projeto Pluvial (4177467);
- g) Projeto Elétrico (4177551);
- h) Memorial Projeto Elétrico (4177560);
- i) Projeto SPDA (4177567);

- j) Memorial SPDA (4177577);
- k) Memorial Projeto Medição (4177593);
- l) Projeto Medição (4177609);
- m) Memorial Projeto de Cabeamento (4177616); e
- n) Projeto Cabeamento (4177627).

Local e horário da prestação dos serviços

5.5. O serviço será prestado nas dependências do bem tombado denominado Casa Giuseppe De Lucchi, localizada na Avenida Valdomiro Bocchese, nº 373, no Município de Antônio Prado/RS. O horário para realização de visitas necessárias à elaboração do projeto deverá ser acordado com os proprietários do imóvel, mediante a intermediação do Escritório Técnico de Antônio Prado, RS.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Promover a intervenção prevista em Projeto na edificação tombada denominada Casa Giuseppe De Lucchi, de forma a reparar suas condições estruturais e de conservação mediante o uso preponderante de madeira, com vistas à garantir a qualificação tanto do bem em si, quanto do conjunto do qual ele é parte indissociável.

5.6.2. Implantar os sistemas complementares que garantirão a fruição da utilidade já existente ou proporcionarão a utilização de funcionalidade nova na edificação tombada, nas condições de segurança e qualidade exigíveis.

5.6.3. A edificação à qual se refere a contratação é de madeira, com cobertura em telhas cerâmicas. Possui um pavimento e sótão. Sua atual ocupação é residencial, sendo a parte em madeira utilizada para dormitórios. Já as demais dependências da residência se localizam em um anexo em alvenaria aos fundos da parcela em madeira.

5.6.4. Destaca-se que a rede de energia elétrica que abastece a edificação é subterrânea;

5.7. Deverão ser observadas as seguintes premissas:

5.7.1. Os materiais a serem utilizados deverão ter qualidade igual ou superior àqueles existentes na edificação e atender às especificações do projeto.

5.7.2. Elementos em madeira deverão possuir as dimensões especificadas no projeto.

5.7.3. Elementos em madeira deverão observar os critérios de sustentabilidade estabelecidos nos itens 4.1 a 4.4 deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor), de 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.

5.9. Por se tratar de serviços de engenharia/arquitetura, também incidirá a garantia legal de 05 (cinco) anos, conforme Art. 618 da [LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](#) (Código Civil Brasileiro).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A contratada deverá submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

Preposto

6.7. A figura do preposto será desempenhada pelo Arquiteto Pleno que fará parte da equipe local.

6.8. O profissional acima fará a interlocução com a Equipe de Gestão e Fiscalização e acompanhará de forma permanente a execução do objeto, respondendo tecnicamente pelas entregas e resultados.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

6.20. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.25. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.26. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.27. receber e dar encaminhamento imediato:

6.27.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.27.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do Planilha Cronograma Físico-Financeiro (6878746) vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A avaliação da execução do objeto será efetuada pela equipe de fiscalização da Contratante, tendo como base a aferição da realização dos serviços previstos no presente Termo de Referência com qualidade satisfatória e produtos entregues dentro do prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, devendo a análise criteriosa dos produtos por parte do(s) fiscal(is) do contrato, definidos pela Contratante, aferir se todos os serviços foram integralmente executados no período previsto, com a qualidade desejada.

7.4. A avaliação acima descrita não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. A execução em conformidade com especificações e quantidades constantes do projeto e em observância à previsão que consta em cada uma das etapas do cronograma de execução;

7.5.2. Execução dentro dos padrões de qualidade exigidos e das boas práticas de intervenções de bens culturais;

Do Recebimento

7.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos [do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.20.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do [art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) oficialmente divulgado.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.35. Reoneração gradual da folha de pagamento:

7.35.1. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.35.1.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.35.1.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/RS e do ORSE, ambos do mês de agosto (mês 08) do ano de 2025 - Planilha Orçamento Sintético (6878718).

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e

concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.50. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (**cinco décimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

i) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória para a infração descrita acima na alínea “a” de 0,50% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória para a infração descrita acima na alínea “b” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória para a infração descrita acima na alínea “c” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória para infração descrita acima na alínea “d” de 0,50% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.5. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.6. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles

comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.7. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.8. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.9. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.10. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.11. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Global, já que se trata de contratação de intervenção cujo escopo foi definido com suficiente margem de precisão no projeto e na planilha orçamentária.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Na contratação de obras e serviços de engenharia é obrigatória a previsão dos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação do preço máximo para ambos (Orientação Normativa AGU n. 5, de 2009, art. 11 do Decreto n. 7.983, de 2013, e Súmula TCU n. 259).

9.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, bem como os valores unitários de cada um dos itens da Planilha Orçamento Sintético (6878718), sendo estes tomados como valores máximos.

9.5. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários de todos os produtos, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração - Planilha Modelo proposta licitantes (6879443), para efeito de avaliação de exequibilidade. *Será admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por*

preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato (art. 56, § 5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

9.6. Da mesma forma, deverão ser apresentadas as planilhas de composição do BDI, conforme modelo que consta do mesmo arquivo anteriormente citado.

9.7. Para o regime de empreitada por preço global, os critérios de aceitabilidade de preços são definidos em relação aos preços global e aos valores de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato. Isso significa que, na elaboração da proposta, os licitantes podem usar custos unitários diferentes daqueles obtidos nos sistemas de referência, desde que o preço global e o de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro fiquem iguais ou menores que os valores de referência da Administração, e desde que se observe o disposto nos itens 9.3 e 9. acima, podendo haver as devidas justificativas técnicas, quando solicitado pela Administração, para fins de exame e aceitabilidade de proposta.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos.

Habilitação jurídica

9.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

9.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata [o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.16. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.17. Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia ou arquitetura, expedido pelo CREA ou CAU.

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social exigido pela legislação aplicável, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – **aplicável para o contrato de escopo**.

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

9.35.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. **Comprovação de execução de Assoalhos de madeira ou Forros de madeira com área mínima de 43m² (quarenta e três metros quadrados), quantitativo equivalente ao percentual de 50% da área objeto de intervenção.**

9.36.1.2. **Comprovação de execução de Paredes de madeira com área mínima de 43m² (quarenta e três metros quadrados), quantitativo equivalente ao percentual de 50% da área objeto de intervenção.**

9.36.1.3. **Comprovação de execução de Estrutura de madeira com área mínima de 43m² (quarenta e três metros quadrados), quantitativo equivalente ao percentual de 50% da área objeto de intervenção.**

9.36.2. Tendo em vista a área de intervenção, não será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço.

9.36.3. A exigência de comprovação de área construída mínima está relacionada ao porte da Casa De Lucchi, destacando-se que a área mínima exigida é igual a 50% da área construída do Bem Tombado objeto deste Termo de Referência.

9.36.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.37. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.37.1. **Para o Arquiteto e Urbanista: coordenação de equipe ou responsabilidade técnica pela execução de obras de restauro de patrimônio edificado, protegido por legislação municipal, estadual ou federal, devidamente comprovadas por Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), acompanhada do ato que conferiu proteção legal ao imóvel (Certidão de tombamento, portaria, decreto, etc).**

9.37.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.37.3. Não serão aceitos atestados de serviços inacabados, executados parcialmente ou em andamento.

9.37.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38. Quando o profissional se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, a comprovação do vínculo será feita mediante a apresentação de cópia do ato constitutivo da empresa ou certidão do CREA/CAU devidamente atualizados.

9.39. O vínculo entre a empresa licitante e os profissionais também poderá ser comprovado por meio de contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços ou declaração de vínculo futuro caso se sagre vencedora

9.40. Caso não possua arquiteto no quadro de funcionários, a licitante deverá apresentar declaração de compromisso futuro com profissional Arquiteto e Urbanista devidamente qualificado, no caso da empresa sagrar-se vencedora.

9.41. No curso da execução do contrato, a substituição do responsável técnico pela execução da intervenção somente será admitida se o for por outro profissional de comprovada experiência, equivalente ou superior, e desde que previamente aprovada pelo IPHAN.

9.42. Tendo em vista a área de intervenção, não será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço.

Disposições gerais sobre habilitação

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.48.6.1. ata de fundação;
 - 9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 356.621,50** (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamento Sintético (6878718).

10.2. Segue quadro estimativo de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes com base no cronograma físico-financeiro estimado pela Administração para este objeto de contratação:

Impacto	2026	2026
Orçamentário	R\$ 356.621,50	
Financeiro		R\$ 356.621,50

10.3. Em atendimento à orientação do TCU, no que tange aos contratos por empreitada por preço global ou integral (Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário), de que sejam definidas as chamadas "subestimativas e superestimativas relevantes", a fim de garantir segurança jurídica em caso de eventual necessidade de aditivos para correção de projeto, **definiu-se como margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes, tanto a menor ("subestimativas" em desfavor da contratada) quanto a maior ("superestimativas" em desfavor da Administração), o percentual de 5% (cinco por cento).**

10.4. Nesse sentido, se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante: trata-se de risco ordinário do empreendimento, já remunerado pela taxa de “risco” que consta do BDI da obra ou serviço, e não deve fundamentar a prolação de termo aditivo. Do contrário, o erro será considerado relevante e permitirá a prolação do termo aditivo – sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para as modificações contratuais, nos termos do Art. 124, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A ação se encontra devidamente cadastrada no SIG-IPHAN Documento PA ID 10760 APROVADO (7143474) para 2026, com o Valor Total de 356.621,50 e é oriunda de recursos orçamentários.

a) Programa: 5125 - Direito a Cultura Ação: 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Fonte: 100 - Recursos Ordinários Plano Orçamentário: 0006 - Cumprimento de Ações Judiciais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro

b) Natureza de Despesa: 339039

c) PI: 2620ZHIP029.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. O presente Termo de Referência atende ao disposto nos termos dos [arts. 7º e 9º, inciso IV da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#).

12.3. O presente termo de referência está compatível com o modelo instituído pela Portaria SEGES/MGI nº 8.678, de 19 de julho de 2021, haja vista que o IPHAN ainda não tem o seu PLS.

12.4. Foi observado o contido na Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, a qual não se aplica ao objeto em tela.

Porto Alegre, 17 de março de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Rolim Serafini, Coordenadora Administrativa Substituta do IPHAN-RS**, em 17/03/2026, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Petry Michalczuk, Arquiteta**, em 18/03/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pavan dos Passos, Superintendente do IPHAN-RS**, em 18/03/2026, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6980211** e o código CRC **CE8608A3**.